

O Senado de Lilliput

A manobra rasteira da maioria do Senado, que tenta barganhar o apoio do governo ao projeto de anistia ao seu colega Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente da Casa, pela aprovação de Pêrsio Arida para a presidência do Banco Central, mostra o perigo de um divórcio entre o Congresso e as profundas aspirações de reforma e modernização da sociedade, encarnadas hoje pelo novo presidente da República. O Senado virou, nesse episódio, uma espécie de Lilliput, a terra da fábula de Swift dominada por uma raça de anões.

A mesquinha do projeto, cujo único objetivo é revogar na prática decisão judicial que resultou na cassação do mandato de Lucena, por uso indevido da gráfica do Senado, vem se juntar à mesquinha da manobra. Não é à toa que ela está sendo comandada justamente por muitos daqueles que serão beneficiados pela anistia, junto com Lucena.

Estamos assistindo à prática explícita do velho princípio — “Mateus, primeiro os teus”, que antes pelo menos costumava ser exercitado discretamente, nos bastidores. Que se danem os interesses maiores do País, desde que se preservem os interesses pessoais e corporativos de alguns parlamentares que usaram indevidamente a gráfica do Senado e por isso se viram, ou poderão se ver, às voltas com a Justiça.

A rigor, esse tipo de comportamento não surpreende. O atual é sabidamente um Congresso no qual os partidos têm pouca relevância e por isso mesmo não conseguem impor o mínimo indispensável de disciplina a seus membros. Nele predominam largamente os interesses pessoais, paroquiais e corporativos. As bancadas de certas corporações — a das estatais e a dos ruralistas, por exem-

plo — são maiores e mais coesas que a de muitos partidos dos mais importantes. Não admira que os interesses gerais fiquem sempre em segundo quando não em terceiro plano, como nesse caso da grosseira chantagem destinada a beneficiar Lucena e alguns outros.

O que assusta é a possibilidade de o próximo Congresso não ser muito diferente do atual. Se realmente não for, se não vingar o movimento de renovação da Câmara, liderado por parlamentares sérios e de origens tão diferentes como Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), José Genoíno (PT-SP) e Miro Teixeira (PDT-RJ), o País poderá viver dias difíceis, resultantes do choque entre um Executivo moderno e reformista, respaldado pelo apoio inequívoco da maioria da população, e um Congresso lilliputiano, voltado para o velho Brasil do atraso e dos privilégios.

Nesse caso, não restará ao presidente Fernando Henrique Cardoso outra opção que a de se dirigir diretamente à sociedade, para que ela pressione o Congresso a aprovar as reformas estruturais indispensáveis à consolidação do Real e ao início de novo ciclo de desenvolvimento. A julgar tanto pelo desprestígio da classe política como pela aspiração profunda da sociedade pela estabilidade econômica e pelas reformas, expressa nas urnas de 3 de outubro, esse apelo será prontamente atendido.

O resultado da vergonhosa chantagem pela aprovação da anistia a Lucena é uma clara indicação do que pode acontecer no futuro. Ao contrário do que muitos afirmaram precipitadamente, ele não representou a primeira derrota parlamentar de Fernando Henrique. Representou, isso sim, uma desmoralização ainda maior do Congresso perante a população.

561
JORNAL DA TARDE
9 0